

# UM ESTUDO ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO MONÁRQUICO E POLÍTICO DENTRO DA ALEGORIA DE RAIMUNDO LÚLIO, *LIVRO DAS BESTAS* (1285-1294)

## A STUDY ON THE MONARCHICAL CONSTRUCTION AND POLITICAL IDEAL INSIDE THE RAMON LLULL'S ALLEGORY, *BOOK OF THE BEASTS* (1285-1294)

Anna Luíza Dias Rosa de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** A obra de Raimundo Lúlio, *Livro das Bestas*, século XIII, funciona como um pequeno compêndio, escrito em forma de alegoria, de virtudes que um governante deveria ter. Objetivou-se estudar e analisar a construção do ideário monárquico na sociedade feudal da Península Ibérica, século XIII, presente nela. Pretendeu-se entender como ela retratava a atuação dos elementos políticos dentro da corte, de que forma o autor constrói esse ideal de rei e quais as críticas acerca da realidade dessa monarquia. Verificaram-se diversas questões acerca das virtudes e qualidades que se esperava de um rei dentro de um contexto feudal cristão. Justo, bom, temente a Deus e honesto, eram algumas das qualidades descritas por Lúlio. Percebe-se, ao final, a clara influência que a religião católica exercia na política e no imaginário da época. Um rei que defenda a imagética e as virtudes católicas é, na obra, o objeto final<sup>2</sup>.

**Palavras-chave:** Raimundo Lúlio; Literatura Medieval; Monarquia; Idade Média; Península Ibérica.

**Abstract:** The 13<sup>th</sup> century Ramon Llull's *Book of the Beasts*, works as a small compendium, written as an allegory, of virtues that the ideal ruler should have. The objective was to study and analyze its construction of the monarchical ideology in the feudal society of the

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia e estudante de História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Endereço para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1479535004700708>.

<sup>2</sup> Artigo orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Mocelim.

Iberian Peninsula, 13th century. Also sought to understand how it portrayed the acting of political elements inside the court, how the author builds the ideal king, and which are the criticisms about the reality of the monarchy. Many questions were raised about the virtues and qualities expected from a king in a christian feud context. Fair, good, fear to God, and honest were some the qualities described by Llull. It is possible to notice, at the end, the clear influence that the catholic religion exerted over politics and imaginary at the time. A king who defends and represents both imagery and catholic virtues is, in the source, the final goal.

**Keywords:** Ramon Llull; Medieval Literature; Monarchy; Middle Ages; Iberian Peninsula.

## **Introdução**

O artigo aqui proposto tem por objetivo analisar a construção do ideário monárquico e político vigente no contexto europeu do século XIII, retratado na obra do escritor e filósofo, Raimundo Lúlio. O *Livro das Bestas*, em catalão *Llibre de Les Bèsties*, escrito entre 1285 e 1294, posteriormente agregado a sua obra *O Livro das Maravilhas do Mundo*, é uma alegoria que conta, de forma fantasiosa, a eleição do rei no Reino Animal. Nela, Lúlio faz uma crítica à condição humana, assim como às mazelas da sociedade da época. Utilizando comparações entre o reino dos animais e dos humanos, o autor traça um cenário onde coloca questões importantes em seu tempo abordando a moral e seu ideal político de forma lúdica, mas clara. Ademais, nela, é possível ver, ainda que de forma adaptada ao estilo fantástico, uma visão da sociedade feudal na qual vivia Lúlio e suas críticas no que concerne os valores adotados pelo rei, a Corte e aqueles que os cercam.

Escrita, acredita-se, como uma espécie de guia para o rei Felipe IV da França, a alegoria torna-se uma analogia às cortes da época, a

forte influência política sobre o discurso das bestas e as situações vividas por elas tornam-se críticas sobre a corrupção e a disformidade daqueles que galgam as entranhas sociais monárquicas e almejam o poder. Visto como uma crítica do autor aos comportamentos imorais humanos e uma proposta de ideal monárquico, ele traz muitos aspectos religiosos, sociais, políticos, e governamentais da época. Entender um pouco mais essas questões apresentadas permite ao pesquisador uma maior profundidade do objeto estudado, uma vez que nelas contém parte da essência de quem a escreveu. Essência essa tomada com os valores e pensamentos da época.

Os dogmas cristãos estavam vivos na filosofia luliana. Ricardo da Costa (2004) traz que Lúlio acreditava que o rei devia ser um expoente da fé católica, ele deveria representar e agir como um guia, um farol da moral e da virtude. Assim, é possível ver no *Livro das Bestas*, uma representação, na concepção de Lúlio, de como o rei deveria agir. Honesto, íntegro, temente a Deus. Seriam essas algumas das virtudes as quais Lúlio desejava mostrar a Felipe, o Belo. Mostrar sua necessidade e seu valor na construção de um reinado correto e digno da bênção divina. Reinado esse que deveria unir os devotos.

## O contexto

O contexto no qual o *Livro das Bestas* foi escrito por Raimundo Lúlio, foi o de Reconquista<sup>3</sup>. Ocorrida entre os séculos VIII e XIV, a

---

<sup>3</sup> Existe grande debate entre historiadores se o termo “Reconquista” estaria sendo empregado de forma correta. Questiona-se se de fato estariam reconquistando algo antes perdido, ou conquistando algo “novo” (MOCELIM e TAVARES, 2015).

Reconquista foi uma série de movimentos e guerras dos cristãos para lutar contra a ocupação muçulmana na Península Ibérica. O período que o presente artigo pretende analisar (séculos XIII a XIV) foi um período marcado pela queda da estabilidade do domínio árabe. No século XI, a união dos novos reinos cristãos que ficavam ao Norte da Península Ibérica contra os muçulmanos gerou séculos de guerras e unificação (MOCELIM e TAVARES, 2015; SOUZA, 2011).

A invasão, e a reação a esta invasão, levou séculos e moldou a sociedade peninsular. Com fronteiras menos definidas do que os demais lugares, a Península foi um lugar de intensa troca cultural, religiosa e intelectual, "os invasores eram um grupo etnicamente misto que procediam de várias partes do mundo islâmico" (DE THAÛN, 1997: 43). Assim, a prática que se tinha era mais plural, e a sociedade que se formava era adaptativa.

As trocas de cultura e conhecimento que ocorreram foram extensas e pesaram muito na hora de moldar a sociedade hispânica. Com a intensa circulação de ideais, o interesse pelo saber aumentou. No século XII, Toledo era a referência da intelectualidade religiosa, enquanto em 1212 se vê a formação da primeira universidade da região, em Palência. Alguns anos mais tarde, Afonso X de Leão e Castela (1252-1284) estimulava intensamente a arte e as ciências. Ainda no final do século XIII, se funda a Universidade de Lisboa, que posteriormente seria transferida para Coimbra (DE THAÛN, 1997: 45). Assim, as identidades ibéricas foram criadas em um berço de miscigenação de ideias e crenças, no qual o saber e o conhecimento passavam a ocupar um lugar de prestígio.

A vida na Idade Média era cheia de subjetividade e simbolismo. Viver no Medievo era viver em um ambiente cercado de analogias, alegorias, fabulários, bestiários e contos recheados de significados e comparações. O pensamento medieval era um pensamento analógico, no qual a cultura expressava o amor por aquilo que era “semelhante”. A simbologia, as conexões afetivas e heterogêneas, as representações do mundo real compunham o panteão da liturgia cristã medieval. A similaridade era cotidiana na cultura, tanto nobre, quanto popular. Se nos grandes salões dos nobres, trovadores entoavam cantigas repletas de metáforas, lendas e analogias para divertir seu público, nas praças públicas, os jograis não faziam trabalho diferente. Assim, para compreender a literatura medieval é imperativo ter essas características em mente (LOBATO, 2014; FRANCO JR., 2008).

Este foi o contexto em que Raimundo Lúlio cresceu. Nascido em Maiorca, ilha ao leste da Costa Ibérica, em 1232, Lúlio vinha de uma família barcelonesa que lutou na reconquista da ilha aos muçulmanos. Casou-se e teve filhos. No entanto, segundo Ricardo Costa, em introdução ao livro de Raimundo Lúlio (2006), começou a ter visões de cunho religioso que o motivaram a se converter e iniciar uma vida voltada a propagar os ensinamentos cristãos. Deixa sua família e passa a ter uma vida focada nos estudos teológicos, filosóficos e políticos. Nesse processo viaja pela Europa, África e Ásia, conhece reis, papas, teólogos, filósofos e com eles aprende e ensina. Passa seus conhecimentos em universidades e faz de sua missão a propagação e a conversão à fé cristã (DA COSTA, 2006; DA COSTA, 2017).

O *Livro das Bestas*, 1286, de Raimundo Lúlio, obra a qual o presente trabalho se propõe a analisar, é um claro e belo exemplo dessa faceta medieval. Carregando, por meio de analogias e alegorias, uma forte função educadora, o *Livro das Bestas* traz claros ensinamentos de cunho moral abordando aspectos da vida comum, diária do governante. Ainda que se assemelhe a um bestiário,<sup>4</sup> visto a religiosidade presente na obra, o ensinamento de uma vida religiosa não é seu foco. Sendo assim, entraria na categoria de fabulário, uma vez que carrega lições morais revestidas em histórias permeadas por animais e bestas. Tendo sido escrito por Lúlio para Felipe, o Belo, rei da França, entre 1284 e 1305, como um guia dos comportamentos que um monarca deveria ter (DA COSTA, 2006), a obra se torna um rico exemplo do imaginário<sup>5</sup>, dos valores, dos costumes e das práticas da época.

Lúlio escreve, acredita-se, para Felipe IV de França<sup>6</sup>, quando este estava na casa dos vinte anos e no início de seu reinado. Um ano antes de sua coroação, casara-se com Joana I de Navarra, ocasião que

---

<sup>4</sup> Bestiário: catálogos produzidos nos mosteiros acerca do mundo animal, real ou imaginário. Tinham por objetivo incutir a moral cristã e os valores religiosos da vida espiritual (LOBATO, 2014: 6).

<sup>5</sup> “O imaginário pertence ao campo da representação, mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito, mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra” (LE GOFF, 1994: 11-12).

<sup>6</sup> Felipe IV da França nasceu em 1268, na cidade de Fontainebleau. Filho de Felipe III, sobe ao poder em 1285 após o falecimento do pai. Seu reinado foi marcado por uma grande afirmação do poder absolutista, por grave desavença e perseguição ao Papa Bonifácio VIII e a Ordem dos Templários, o que de forma alguma significava que Felipe IV se afastava da doutrina Cristã. Ao conseguir, em 1297, a canonização de seu avô invocava para si e para sua família a aliança com Deus, reafirmando e legitimando seu reinado. Morre em 1314, vítima de um derrame (LE GOFF, 2013: 294-298).

permitiu estreitar os laços de comunicação entre a França e a Península Ibérica. As relações de alianças e disputas eram contínuas. Ademais, por Felipe, o Belo, ser sobrinho de seu protetor, Jaime II de Maiorca, Lúlio via uma oportunidade de guiar o jovem rei. Felipe IV logo teve conflitos sérios com o papa Bonifácio VIII, uma vez que este ia contra os interesses expansionistas e afirmadores que o rei queria empregar em busca de uma política que tornasse seu poder autônomo. Isso, somado ao intenso processo de troca de conhecimento e intelectualidade que se via, principalmente nos séculos finais da Idade Média, proporcionou a possibilidade de Lúlio sentir-se inclinado a sugerir algumas práticas ao rei francês (DA COSTA, 2006; STREFLING, 2007).

Raimundo Lúlio acreditava piamente no poder do diálogo, aspecto vivo em suas obras. Para Lúlio, era necessário dialogar para converter, e a única forma de realmente dialogar seria com argumentos racionais. Para Da Costa (2004: 127), ele era um dos grandes representantes da “corrente racionalista da fé”<sup>7</sup>, essa era a base de sua filosofia. Havia, em suas obras, uma necessidade de comprovar a fé cristã. Essa necessidade não era algo novo na Idade Média, trazendo uma característica da religião medieval, sua faceta apologética. No teor apologético da religião havia uma necessidade de se justificar a fé, de explicá-la, elucidá-la (DA COSTA, 2017). Em seus escritos, seus personagens refletem isso com muita clareza. No *Livro das Bestas*, os animais travam diálogos, conversas nas quais a finalidade destas seria

---

<sup>7</sup> Corrente que se utiliza da razão e do diálogo para justificar e explicar a fé e a religião (ZILLES, 2005: 471-473).

trazer para o leitor os ideais da fé católica. De forma dialógica, tentam catequizar o leitor, convertê-lo ao cristianismo (DA COSTA, 2017).

Vivendo em um contexto do final da Reconquista Cristã, Lúlio é influenciado e afetado como homem de seu tempo. Escrito pouco depois da reconquista de Maiorca aos muçulmanos, 1250, o *Livro das Bestas* foi pensado em um período de grande circulação de ideias e de uma real necessidade de reafirmação da fé cristã mediante a ameaça muçulmana, já mencionada anteriormente. Recuperar a força da Cristandade era uma bandeira pela qual a Península Ibérica viveu por séculos e que afetou o pensamento e a produção da época. Daí pode-se entender, pelo menos em parte, essa necessidade de conversão e de diálogo que se vê presente em sua filosofia (DA COSTA, 2017; DE THAÛN, 1995).

Os dogmas cristãos estavam vivos na filosofia luliana. Lúlio acreditava que o Rei devia ser um expoente da fé católica, deveria representar e agir como um guia, um farol da moral e da virtude. A política e a Igreja deveriam servir ao bem público. Assim, é possível ver no *Livro das Bestas* uma representação de como o rei deveria agir. Honesto, íntegro, temente a Deus. Seriam essas algumas das virtudes as quais Lúlio desejava mostrar a Felipe, o Belo. Mostrar sua necessidade e seu valor na construção de um reinado correto e digno da bênção divina e que deveria unir os devotos (DA COSTA, 2004; DA COSTA, 2017).

Contudo, não é apenas nos escritos de Lúlio que esse valor a fé é dado. O cenário medieval era permeado pelo sagrado e pela religiosidade. Na vida prática, nas praças públicas, nas universidades,



todos os ambientes eram cercados pela aura da religião. Os reis reinavam sob a bandeira da fé, tinham sua força e poder legitimados por Deus e por ele lutavam. Os laços com a Igreja e com o Papa eram íntimos, os braços e as influências da religião estavam presentes em todas as tomadas de decisão. O viver religioso era público, comunitário. Assim, as obras produzidas no Medievo não podiam deixar de conter essa faceta (BASCHET, 2006).

### **Desenvolvimento**

A fonte histórica aqui analisada faz parte da literatura produzida dentro do Medievo, na Península Ibérica do século XIII. Dessa forma, traz consigo uma mentalidade diferente da mentalidade atual. Segundo Chartier (1990), toda produção literária traz uma imagem, uma representação de uma realidade vivida e experienciada. Um texto carrega um real próprio de si, uma linguagem particular, que é impossível desvincular de seu tempo, daí a importância do contexto trazido. Para Chartier (1988: 20):

A representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de reconstruí-lo em memória e de figurá-lo tal como ele é.

No período em questão, o leão, e o simbolismo que o acompanha, representa o monarca e as virtudes que Lúlio acreditava que deveriam o acompanhar. Presente em diversos escritos medievais, o leão, na simbologia do Medievo, carregava o poder e o arbítrio, pois esse domina os demais animais. A própria aparência física do leão denota

excelência, força e as virtudes necessárias a um rei. Philippe de Thaün (2000), primeiro poeta Anglo-Normando, descreve em seu *Bestiário* (1121-1152) o leão como um animal carregado das qualidades divinas que vemos no rei Iuliano. Comparando a figura do Leão com a de Jesus Cristo, o leão é ali tido como sujeito temente a Deus, com forte cunho religioso. O uso do leão como animal representativo da monarquia, mais especificamente do rei, começou a ser utilizado após 1127, quando Henrique I principiou seu uso no brasão e fez do leão um símbolo real. Antes era o urso que cumpria o papel de representante das monarquias, mas desde então o uso do leão se propagou nos demais reinos e imaginários (LOBATO, 2018). A forte ligação simbólica do leão, do rei e da religião se encontra presente no pensamento Iuliano. Em seu livro, Lúlio traz em uma passagem quando a Raposa fala com os demais súditos na eleição do rei:

Senhores, disse Dona Raposa, quando Deus criou o mundo não o fez para que o homem fosse conhecido e amado, e sim para que Ele fosse amado e conhecido pelo homem. E conforme tal intenção, Deus desejou que o homem fosse servido pelas bestas, pois o homem vive de carne e de ervas. E vós, senhores, não deveis considerar a intenção do boi que desama o leão porque come carne, mas deveis seguir a regra e a ordenação que Deus fez nas criaturas (LÚLIO, 2006: 36).

A ligação do leão com o imaginário religioso aparece em outros escritos, como no *Bestiário de Aberdeen*, século XI, trazendo virtudes cristãs nessas representações. Ligações com as passagens de Jesus Cristo são recorrentes, colocando no leão o papel de destaque dentro das analogias, bestiários e fabulários cristãos do medievo europeu.

Ademais, Maria de França, poetisa do século XII, deixou uma coletânea de contos que ilustram de forma diferente o papel do leão no imaginário medieval, trazendo um rei temporal, falho, egoísta e abordando questões políticas do mundo europeu da época. Maria mostra um rei leão e o coloca como um animal que diz do próprio valor e se afirma merecedor por ser mais forte e rei de todos. Assim, mesmo que com diferentes formas e sentidos, é possível ver a importância e a recorrência do leão como figura que reflete o rei e a nobreza (LOBATO, 2018).

Ao escrever o discurso que o leão, ao ser eleito rei, profere a seus súditos, fica clara essa influência que a religião exerce do imaginário da época.

Senhores, é vossa vontade que eu seja rei. Todos sabem que o ofício de rei é muito perigoso e é um grande trabalho. É perigoso porque pelos pecados do rei muitas vezes Deus envia fome e doenças, morte e guerras à terra. O mesmo faz pelos pecados do povo. Por isso, reinar é uma coisa perigosa ao rei e a todo o seu povo. E como é um grande trabalho para o rei governar a si mesmo e a seu povo, vos peço que me deis conselheiros que me ajudem e que me aconselhem de tal maneira que sejam a minha salvação e a de meu povo. Peço-vos que aqueles conselheiros que me deres sejam homens sábios, leais, e que sejam dignos de serem conselheiros e pares do rei (LÚLIO, 2006: 41).

Ao agradecer a seus súditos por elegê-lo rei, ressalta a importância de seguir um caminho honroso e correto, caso contrário Deus poderia castigar seu povo com fome e doença. O castigo do pecado do rei recai sobre seu povo, e, por isso, clama a eles que o ajudem a trilhar o caminho da retidão.

Aí percebe-se para o autor a importância da ligação direta do rei com seu povo e a ligação de ambos com a palavra divina. Seguir um caminho imaculado era sua obrigação, caso contrário, seu povo pagaria por sua negligência. Percebe-se novamente essa ligação em outra passagem.

Dona Raposa disse que em uma alta montanha estava um santo eremita: – Aquele eremita era um homem de santa vida, e ouvia todos os dias muitos clamores contra o rei daquela terra. O homem era pecador e mau governante, e as gentes diziam ao santo homem todo esse grande mal. O santo homem ficou muito descontente com o malvado estado no qual se encontrava o rei, e teve a devoção de induzir o rei a um bom estado. O bom homem desceu de seu eremitério e foi àquela bela cidade ter com o rei. – ‘Senhor’, disse bom meu rei. ‘Qual coisa neste mundo vos parece mais agradável a Deus, a vida ermitã ou a vida de um rei que seja bem acostumado a governar o seu povo?’ Por muito tempo cogitou o rei a pergunta antes de respondê-la e, no final, disse que a vida do rei de boas obras é a oportunidade de proporcionar um bem maior do que a vida de eremita. “Senhor”, disse o eremita, “Estou muito satisfeito com vossa resposta, pois significa que o malvado produz mais danação que todo o bem que qualquer eremita pode fazer em seu eremitério. Por isso, eu desci de meu eremitério, vim a vós e propus-me estar muito tempo convosco até que vós e vosso reino estejais em um bom estamento. Direi a vós palavras de Deus com as quais tendes amor a Ele, O conheceis e O temais (LÚLIO, 2006: 52-53).

Nela, ao fazer uso de uma parábola dentro da história, Lúlio ressalta a importância de amar e temer a Deus e, assim, agradecer-lhe.

Caso contrário, tanto o rei quanto seu povo seriam castigados pela ira divina. Essas passagens trazem o medo incutido no imaginário do Medievo em relação a um Deus rigoroso, impiedoso e punitivo. A ideia dessas manifestações como resultado de uma cólera divina contra os pecadores e impuros foi, segundo Bastos (1997), resultado de uma ação da própria Igreja. Essa objetivava a obediência e a servidão da população por meio de medo e do temor. Elementos como pecado, culpa, ganância foram atrelados a um resultado punitivo do coletivo. Fomentando, assim, a ideia da necessidade de ser bom, fazer o bem, fazer caridade, ser digno da glória de Deus. A doença e a catástrofe passam a ser terrenos férteis para a propagação de crenças religiosas e dogmas (BASTOS, 1997).

Como instituição que permeia todos os setores da realidade do Medievo, não poderia ser diferente ver nesses trechos a clara influência desta no que se espera do monarca, da corte e de suas virtudes. Outra passagem traz essa ligação:

As palavras que o Leopardo ouviu fizeram com que ele entendesse que o rei sofreria uma pena no Inferno, tão grande o dano que sempre se seguiria por causa dos maus costumes que seu malvado Conselho introduzia na sua terra, e disse que a pena que estava reservada ao rei e seu Conselho é inestimável. Disse ainda a si mesmo que amava mais ser uma besta irracional - embora nada restasse de si depois de sua morte - que ser Rei dos homens, no qual existe tanta culpa pelo mal que se segue de sua maldade. Os mensageiros e os bons-homens despediram-se agradavelmente e partiram. O Leopardo disse aos bons homens que confiassem em Deus, que num breve espaço de tempo daria um bom senhor com um bom Conselho e bons oficiais, e não se desesperassem de Deus, porque Ele

não permite que um príncipe malvado viva por muito tempo para fazer tanto mal quanto faria se vivesse longamente (LÚLIO, 2006: 72).

Aqui se percebe a clara marca religiosa cristã de Lúlio ao sugerir que todos os males que o rei e sua corte incutiram ao povo seriam cobrados no Inferno e lá pagariam por tudo. No entanto, também, o rei que fosse bondoso e justo com seu povo colheria os frutos de sua retidão. Ademais, se vê as duas faces de um mesmo Deus. Se por um lado, é um Deus piedoso para com seu povo, que almeja o melhor para ele e, por isso, escolhe o rei que seja capaz de tal, de outro, é um Deus sem misericórdia para aqueles que fazem mal à sua gente. Ali as virtudes do rei e de sua corte ficam claras, o bem do povo deve prevalecer. Usar de seu lugar de privilégios para trazer sofrimento ao povo de Deus apenas trará a ira divina e, por conseguinte, a punição que a eles cabe e é merecida.

Outro ponto interessante de se analisar é a questão das virtudes que um monarca deve ter para ser considerado bom e merecedor de admiração. Logo no início, Lúlio traz algumas das características que acredita serem importantes. “Senhores, à nobreza do rei convém a beleza de pessoa: que seja grande, humilde e que não dê danação às suas gente (...)” (LÚLIO, 2006: 35).

[...] - O Rei está estabelecido nesse mundo para significar Deus, isto é, o rei deve ter Justiça na terra e governar o povo que Deus lhe deu para comandar. ‘Senhor’, disse o sábio, ‘de acordo com a sua resposta, vós deveis matar a serpente, pois cometeis grande pecado ao tê-la em vossa corte. Porque se vós representai a imagem de Deus enquanto sois rei, deveis odiar tudo o que Deus odeia,

quanto mais aquilo que Ele odeia mais fortemente'. Após as palavras do santo homem, o rei matou a serpente sem que ela pudesse se auxiliar com sua arte ou astúcia (LÚLIO, 2006: 57).

Nesse trecho, percebe-se a forte influência do imaginário e da crença cristã. Fazendo uso da alegoria, Lúlio traz algumas das representações católicas mais marcantes e conhecidas, como por exemplo a serpente, a tentação e o pecado<sup>8</sup>. O peso simbólico carregado por essa alegoria é notório em toda a imagética medieval. Nesse contexto, ele carrega um aviso. Não se deixe cair em tentação, se afaste da serpente que incitou Eva ao pecado, caso contrário o destino do rei seria o castigo merecido. É dessa forma, tão belamente ilustrada nessa passagem, que Lúlio trabalha e traz seus conselhos para Felipe, o Belo. Por meio de metáforas, alegorias, parábolas e representações carregadas de simbologia e ensinamentos que trazem consigo o imaginário do Medievo Ibérico.

Assim, o que se vê é um alinhamento entre o rei e uma moral cristã. Tanto nesta como nas passagens anteriores o reflexo do que se chama Rei Cristão fica nítido. O berço desse conceito é, justamente, “o temor a Deus”. Conforme apontado pelo Conde Pedro Afonso, as características que compõem o rei cristão são retiradas do Antigo Testamento e, desta forma, trazem um rei que crê em Deus, o adora e obedece a seus mandamentos. Esse rei, nesta definição, seria, assim, um

---

<sup>8</sup> Presente no imaginário do Medievo Cristão, a serpente é tida na Bíblia como o mais astuto dos animais e responsável pela tentação de Eva e sua posterior expulsão do Éden. É vasto o material iconográfico e escrito que traz sua associação de forma direta ou analógica com o pecado, com a tentação e com o afastamento dos preceitos cristãos (JÚNIOR, 2020).

rei bondoso. Em oposição aos rei maldosos, aqueles que abandonaram a palavra divina e seguem perseguindo os cristãos (MOCELIM, 2007).

Ademais, a imagem do rei cristão se associa fortemente ao contexto de Reconquista, já elucidado anteriormente. A legitimidade que os reis obtinham nesse contexto vinha, em grande parte, de origem divina. Cabia a eles reconquistarem dos infiéis as terras que justamente pertenceriam ao reino cristão. Sua missão era divina, sagrada, um mando de Deus. Desta forma, não poderia ser diferente a benção concedida (MOCELIM, 2007).

Está aí uma das grandes provas da força e da influência que a religião exercia na política e no imaginário da época. Sendo ela responsável pela propagação de um ideal de rei que correspondesse aos preceitos cristãos e que, desta forma, os perpetuassem atendendo ao desejo da Igreja. Ademais, cabia a este rei cristão defender a Igreja, assim como seus demais interesses (MOCELIM, 2007). Isto está verdadeiramente vivo na obra de Lúlio quando esse traz a necessidade de o rei temer a Deus, atender aos desejos divinos, ter a virtudes que o Senhor deseja que ele tenha. Nessas passagens, quando se defende um rei cristão, se defende um rei que lute pela agenda cristã. O que, no Medievo, era a agenda da Igreja.

Aqui se faz interessante trazer alguns dos aspectos mais relevantes das obras lulianas. Ricardo da Costa (2006; 2018) faz a análise de diversos escritos de Lúlio e apresenta as características que compõem o que, para Raimundo Lúlio, seria um príncipe ideal. Além de virtuoso, o príncipe não poderia guardar sua virtude para si. Era necessário que se fizesse espalhar por seu reino as glórias e virtudes de



Deus. Ademais, nunca poderia ceder às tentações mundanas (DA COSTA, 2006; 2018). Lúlio, ao aconselhar Felipe, o Belo, escrevendo o *Livro das Bestas*, tinha como objetivo auxiliar o rei a construir um reino verdadeiramente cristão. Assim, desejava trazer para o homem uma reprodução da imagem divina. O comportamento moral do rei era parte vital nesse processo, pois acreditava-se que o povo estaria danado caso o rei deixasse o caminho cristão. Essa era a missão do rei, ser o guia do caminho pelo qual o povo passaria para chegar ao reino do céu e para a graça de Deus (DA COSTA, 2006; 2018). Com isso, nessa forma de pensar de Lúlio, o monarca tinha que ser bom<sup>9</sup>, pois era a imagem de Deus na terra.

A fonte que o presente trabalho analisa carrega características que estão presentes em outro tipo de escrita medieval que vale comentar aqui devido à sua ligação com a temática e com os aspectos a pouco abordados, o Espelho de Rei, ou Espelho de Príncipe. O Espelho de Príncipe era um escrito destinado aos reis e príncipes, no qual se enalteciam e celebravam características esperadas em grandes reis. Nele, se formava uma concepção do que deveria ser a imagem do rei, com uma finalidade até educativa e instrutiva. O grande objetivo era a formação de um ideal de rei que trabalhasse no sentido de proporcionar o bem comum a todos de forma justa e ética. Desta forma, os preceitos de uma moral política e cristã eram imprescindíveis (DA COSTA, 2001).

---

<sup>9</sup> Aqui entende-se por “bom” o rei que possui as qualidades e virtudes cristãs (MOCELIM, 2007).

“A tradição veterotestamentária traz a ideia do Espelho como um lugar que o homem, ou melhor, os reis, podem vislumbrar a ação de Deus.” (DA COSTA, 2004: 3) Assim, a ligação entre Deus e o rei garante o lugar legítimo do monarca caso honre com os desejos divinos, seja virtuoso e espelhe-se na imagem de Deus. Apenas dessa forma é capaz de seguir o caminho correto para governar seu povo de forma justa e absoluta. Sem o que Da Costa (2004) chama de quatro virtudes cardeais, sendo elas a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança, o rei falha.

[...] Momento de integração cristã, o rei que contempla é contemplado pela imagem que vê. Pode então refletir sobre as marcas do pecado e expiá-los com a educação ética. Purificando a si, purifica também o reino que dirige, pois rei e reino são como um só. O rei é o elo de salvação dos súditos e elevação do reino terrestre à categoria de reino celeste (DA COSTA, 2001: 4).

Assim, esse rei assume as características, já trazidas, do rei cristão. É isso que torna essa relação tão importante, pois era exatamente o que se esperava do rei no Medievo. Não bastava ser político, estrategista e forte. O rei deveria, também, ser justo, prudente, temente a Deus, visando sempre a realizar as vontades do Senhor para o bem de si e de seu povo. Dessa forma, a religião e a política se tornam imprescindivelmente atreladas e dependentes uma da outra. Se de um lado o rei necessita da legitimação divina para governar, a Igreja também necessita do apoio do rei para prosperar.

Esperava-se do rei nobreza de valores, virtudes cristãs e justiça. Essa expectativa não repousava exclusivamente no berço da Igreja, mas

era vista, segundo a visão de Lúlio, no próprio povo, o qual desejava um rei honrado e nobre. O autor deixa isso claro em uma passagem na qual, após acusar o rei de traição e falsidade, o Leopardo teve de lutar com a Onça, que escolheu defender a honra do rei. O resultado daquela luta determinaria se o rei era, de fato, traidor ou não. Ao perder, a Onça teve de dizer que o rei era sim um traidor e foi morta pelo Leopardo e o povo se ressentiu de seu senhor e a vergonha que fizera. Ao que Lúlio (2006: 77) escreve:

Por sua vez, o rei esteve em tamanha vergonha e abatimento diante de seu povo e ficou tão irado com o Leopardo, que ele havia feito tão grande desonra, que não se conteve e matou o Leopardo diante de todos, que não pôde se defender porque estava cansado. Todos que estavam na praça do rei sentiram-se descontentes com a falta que o rei havia cometido, e cada um desejou estar na senhoria de outro rei, porque a sujeição do povo a um rei injurioso, irado e traidor é coisa muito perigosa.

O povo esperava do rei virtudes cristãs, a honra era uma capa a qual deveria sempre vestir. Mocelim (2007) traz, ao analisar os escritos do Conde Pedro Afonso, o conceito de “rei virtuoso”, o qual ajuda a elucidar o que se esperava desse rei. Segundo a autora, o Conde define algumas qualidades esperadas em um rei que fosse um bom governante e um governante ético. Deveria, este, ser justo, piedoso e misericordioso. Seu poder régio ultrapassa a preocupação pessoal e recai sobre os interesses do povo, as necessidades de sua gente, para além disso, o rei têm consciência e age sobre isso, de sua função de guia para o povo em direção a um caminho melhor, divino. Qualidades essas

que aparecem em outras análises aqui já referenciadas e que trazem suporte à apreciação aqui realizada.

Ademais, e não menos importante, a própria corte do rei deveria seguir esses mesmos preceitos. Em uma passagem do *Livro das Bestas*, Lúlio (2006: 87) usa do personagem do Elefante para trazer a seguinte reflexão para o rei:

– Senhor, disse o Elefante, numa taça pequena não pode caber muito vinho, nem em uma pessoa que seja de lugar vil pode caber honraria e grande lealdade. Por isso, é bom que vós mateis a Dona Raposa, tenhais bom Conselho, sejais livre em vosso senhorio e não submeteis a nobreza que Deus vos deu por linhagem e ofício a uma malvada pessoa.

Aqui, percebe-se a importância dada por Lúlio, não apenas ao rei como detentor de uma dádiva gloriosa, mas também daqueles que o cercam, sua corte. Estes deveriam trilhar o mesmo caminho que seu governante, aconselhar com a mesma prudência e interesse divino em mente. Assim, o rei deveria cercar-se de bons conselheiros, uma boa corte, a fim de ter sucesso em sua empreitada pelo bem comum. Uma corte vil, com pessoas más, apenas envenenaria o rei e seu reino. Daí tamanha importância no momento de escolha daqueles que o cercam. A corte era a fonte de conselhos e de auxílio a que o rei poderia recorrer em tempo de paz e de guerra. Caso corrompida, poderia envenenar o reino e minar quaisquer boas ações que o rei intencionasse. O Conde Pedro Afonso traz faculdades importantes as quais o rei deveria cultivar e procurar naqueles que o cercam: “ser esforçado, ser leal, ser amigo, honrado manso e cortês” (MOCELIM, 2007: 114).

Em outra passagem, mesmo envolta de intenções pouco louváveis, Dona Raposa traz um caso carregado de significado que, não à toa, resulta na atenção esperada.

De acordo com o que se encontra escrito no Evangelho, Jesus Cristo, que é rei do céu e da terra, desejou ter amizade e a companhia de homens simples e humildes. Por isso elegeu os apóstolos, que eram homens simples e pobres, para significar que sua virtude exaltaria para que eles fossem ainda mais humildes. Para vossa instrução, digo que a mim parece que o rei deve ter em seu Conselho bestas simples e humildes, para que não se orgulhem de seu poder e de sua linhagem, não desejem se igualar ao rei e que assim sejam exemplo de esperança e humildade para as bestas simples e que vivem de erva (LÚLIO, 2006: 44).

Aqui, novamente comparando o rei e o leão a Jesus Cristo, o que se tem é a contraposição entre orgulho e humildade, tema recorrente, tanto na obra de Lúlio, quanto em escritos que abordam o espelho de príncipe e o rei cristão. Huizinga (2010) afirma que na Idade Média, principalmente no que diz o auge do feudalismo, o orgulho estava “nas raízes de todo o mal” (HUIZINGA, 2010: 19). Era, em última instância, o principal pecado que se vê, uma vez que a ligação entre o poder e o dinheiro ainda não é algo estabelecido. Daí, encontra-se uma forte conexão entre o poder e o orgulho.

O pensamento feudal ou hierárquico exprime a ideia da grandeza por sinais visíveis, comunicando-lhe uma forma simbólica, de homenagem prestada de joelhos, de cerimoniosa reverência. O orgulho, portanto, é um pecado simbólico e pelo facto de provir, em última análise, do orgulho de Lúcifer, autor de todo o mal, reveste-se dum carácter metafísico (HUIZINGA, 2010: 19).

A análise de Huizinga e a passagem analisada de Lúlio possibilitam um olhar no que concerne ao simbolismo do Medievo. O caráter simbólico, analógico e apologético presentes no discurso medieval, aparecem aqui de forma explícita. O orgulho não é condenado apenas por si ou pelos efeitos imediatos e suas consequências. A condenação ao orgulho parte de um medo, de uma tentativa de pôr no lugar um rei que possa tentar ser mais que um rei, que tente ser mais que Deus. A condenação do orgulho coloca o rei em seu lugar e lembra-o quem o fez ser rei e qual sua missão na terra que Deus criou.

### **Conclusão**

Pela análise da obra *Livro das Bestas*, vê-se que ao rei cabe a retidão de moral e caráter, deve ser bondoso, justo e cristão. Deus o escolheu e determinou quais qualidades deveria ter. As qualidades e virtudes que tanto imperam nos escritos católicos devem estar presentes não apenas nas intenções do rei, mas principalmente em suas ações para seu povo. A finalidade máxima é o bem comum do reino e para isso o rei deve servir de guia, de baluarte da fé e da moral, para que seu povo possa espelhar-se nele e alcançar a glória divina. Isso é o que se espera do rei na concepção luliana. Espera-se, principalmente dentro de um contexto de Reconquista e reafirmação da fé cristã, um rei que seja defensor dos ensinamentos de Deus e que represente a máxima católica. Como proposto por Deus, deve servir de resistência pela Cristandade, cabe ao rei usar as virtudes cristãs com estandarte e guiar o povo para o caminho designado por Deus. Um ser justo, bom e cristão.

O ideário que se cria acerca desse rei, da política que deve exercer, é, desta forma, um ideário cristão, embebido em preceitos católicos. Espera-se dele o bom comportamento, a temperança, que seja capaz de olhar para seus companheiros, para sua corte e escolher os melhores para seu povo. Não deixar desviar-se para o caminho do pecado e dos luxos pessoais se torna imprescindível, pois isso apenas acarretaria o desvirtuamento de sua prática e no desvio do bem comum.

Entende-se, aqui, que todas essas características compunham o panteão das virtudes que se esperavam de um bom governante, no entanto, não era algo que necessariamente se via na prática. Os governantes, os monarcas, estavam longe de ser o exemplo de retidão e moral que os escritos lulianos almejavam, assim o que se vê ali é um ideal, uma expectativa que vem de uma cultura, de um imaginário cristão com interesses e visões próprias da época. Esperava-se aquilo do rei por um motivo, com um objetivo de uma agenda cristã em um contexto de Reconquista, de reafirmação do poderio régio e a necessidade de firmar ainda mais o poderio cristão.

## **Bibliografia**

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. Pecado, Castigo e Redenção: a Peste como Elemento do Proselitismo Cristão (Portugal, Séculos XIV/XVI). *Tempo*, vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro, p. 183-205, 1997.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DA COSTA, Ricardo. O Espelho de Reis de Frei Álvaro Pais (c. 1275-1349) e seu conceito de tirania. In: MALEVAL, Maria do Amparo Tavares (org.). *Atas do III Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Rio de Janeiro: Editora Ágora da Ilha, 2001, p. 338-344.

\_\_\_\_\_. A ética da polaridade de Ramon Llull (1232-1316): O conhecimento necessário dos vícios e virtudes para o bom cumprimento do corpo social. In: COSTA, Marcos Roberto N. e DE BONI, Luis A. (orgs.). *A Ética Medieval face aos desafios da contemporaneidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 487-502.

\_\_\_\_\_. Vida do Autor. In: LÚLIO, Raimundo. *O Livro das Bestas*. 1ª ed. São Paulo: Editora Escala, 2006, p. 15-16.

\_\_\_\_\_. Ramon Llull (1232-1316) foi o filósofo da tolerância na Idade Média?: O Livro do Tártaro e o Cristão (1288). In: SALATINI, Rafael; DIAS, Laércio Fidélis (orgs.). *Reflexões sobre a Paz*. Vol. II – Paz e Tolerância. Marília, SP: Editora Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018, p. 115-138.

FRANCO JR., Hilário. *A Idade Média: Nascimento do Ocidente*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

\_\_\_\_\_. Modelo e imagem: O pensamento analógico medieval. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*, v. 2, 2009. Disponível em: <<http://cem.revues.org/9152>>. DOI: 10.4000/cem.9152. Acesso em: 12 nov. 2018.

FRANCO JR., Hilário. A serpente, espelho de Eva. *Medievalista*, n. 27, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.2840>. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/medievalista/2840>>. Acesso em: 09 maio 2020.

HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.



LE GOFF, Jacques (org.). Perturbações e Mutações: 1300-1500. In: *Homens e Mulheres da Idade Média*. São Paulo: Estação Liberdade, 2013. p. 294-375.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Ed. Estampa, 1994. pp. 11-12.

LOBATO, Maria de Nazareth. O Leão: usos e significados de uma alegoria em fontes medievais. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História - Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. Rio de Janeiro: 28 de julho a 1º de agosto de 2014. Disponível em: <[http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400000219\\_ARQUIVO\\_OLeao-UsosSignificadosdeumaAlegoriaemFontesMedievais.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400000219_ARQUIVO_OLeao-UsosSignificadosdeumaAlegoriaemFontesMedievais.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2018.

LÚLIO, Raimundo. *O Livro das Bestas*. 1ª ed. São Paulo: Editora Escala, 2006.

MOCELIM, Adriana. *Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha: o Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardomedieval português*. 2007. Dissertação (Mestre em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MOCELIM, Adriana e TAVARES, Lucas Augusto. A Reconquista Cristã: uma missão divina na Península Ibérica (VIII-XV). *Revista de História Helikon*, v. 2, n. 4, 2015. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/helikon?dd1=15872&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

STREFLING, Sérgio Ricardo. A Disputa entre o Papa Bonifácio VIII e o Rei Felipe IV no Final do Século XIII. *Teocomunicação*. Porto Alegre. v. 37. n. 158. p. 525-536. dez. 2007.

DE THAÛN, Philippe. Le Bestiaire (ed. E. Walberg), H. Möller, Paris-Lund, 1900. In: VINCENT, Mary; STRADLING, R. A. *Espanha e Portugal: História e Cultura da Península Ibérica*. Madrid: Edições Del Prado, 1997. v. 1.

ZILLES, Urbano. Fé e Razão na Filosofia e na Ciência. *TRIM*, Porto Alegre, v. 35, n. 149, p. 257-479, Setembro 2005.

Recebido em: 19/08/2019

Aceito em: 11/05/2020